



INSTITUTO DE HUMANIDADES

ELIAQUIM DA SILVA GONÇALVES

RELATÓRIO DE VÍDEO: “CARTA Á MARA SANTOS”.

Acarape

2020

ELIAQUIM DA SILVA GONÇALVES

RELATÓRIO DE VÍDEO: “CARTA Á MARA SANTOS”.

Relatório de vídeo apresentado como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a Daniele Ellery Mourão

“Obá escolheu a guerra como prazer nesta vida, enfrentava qualquer situação, e assim procedeu com quase todos os orixás.”

“Obá num segundo entendeu tudo, odiou a outra mais do que nunca. Envergonhada e enraivecida, precipitou-se sobre Oxum e ambas se envolveram em uma briga que não tinha fim, partindo o rio em dois canais.”

“Um dia Logun nadou rio a dentro para bem longe da margem, Obá, dona do rio, para vingar-se de Oxum, começou a afogar Logun.”

RELATÓRIO DE PESQUISA

Título: Carta à Mara Santos

Duração: 27min e 43seg.

Entrevistas: Elizabeth Silva, Pedro Álex e Mayara Oliveira

Performers: Geyse Anne Silva e Carlos André e Douglas David

RESUMO

O presente trabalho em formato de relatório, aborda o processo criativo e de construção do “DOC CARTA” intitulado “Carta à Mara Santos” tratando da importância da lei 12.711/2012, que implementa o sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Por meio de entrevistas com estudantes cotistas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) pretende-se evidenciar narrativas sobre processo de ingresso e permanência dos cotistas na instituição. Contando com a interpretação de cartas de solicitação de auxílio enviadas à assistência social da universidade e reconstruções de episódios de racismo cotidiano, o filme busca também promover o debate sobre o conceito identitário “pardo” no processo de autodeclaração dos candidatos cotistas.

Palavras-chave:

Cotas raciais, autodeclarado, pardo, ensino superior, ingresso e permanência.

1. INTRODUÇÃO

“A opção por escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito não há nenhuma garantia de que vão respeitar o nosso trabalho.” (hooks 1995)

O corpo L2: Vivencias de um estudante cotista.

Prestes a completar dez anos de atuação, a política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras mudou o cenário das instituições. O Sonho de ingresso no ensino superior que antes pertencia ao jovem branco de classe média, passou a ser também realidade do jovem negro da periferia, do campo, dos quilombos e aldeias indígenas. A fala da Dra. Indira Ernesto Silva Quaresma durante a sessão do STF – Supremo Tribunal Federal, que tratava da implementação da lei 12.711/2012, foi nítida e contundente ao colocar que a política de cotas raciais garante aos jovens negros e negras que ao terminarem o ensino médio, houvesse possibilidades de uma carreira. O sistema de cota, antes de tudo, garante possibilidades. Eu sou um desses tantos jovens que agarraram essa possibilidade.

Em 2012 quando terminei o ensino médio, debate sobre as cotas raciais ganhava a cena pública. Afirmções como “privilégios raciais” e “roubo de vagas” eram frequentes na grande mídia. Nesse mesmo ano comecei a trabalhar e a fazer faculdade na UECE, que ainda usava o vestibular convencional. Foi somente três anos depois que eu ingressei no ensino superior público federal por meio das cotas raciais, que era o meu grande sonho.

Em 2015 fui aprovado no curso de Geografia na UFPEL - Universidade Federal de Pelotas, fiz uso da Cota L2: autodeclarado preto, com renda per capita menor que 1,5 salário meio e tendo cursado todo o ensino médio em escola pública. Cheguei em Pelotas no dia nove de setembro de 2015, em meio a uma greve que atrasou as datas de matrícula dos ingressantes do período letivo de 2015.1. Sem ter como me matricular na instituição, fui amparado pelos estudantes moradores da CEU - Casa do Estudante UFPEL, enquanto o administrativo da instituição não voltava a funcionar.

O prédio da CEU ficava no centro de Pelotas - RS na Rua Andrade Neves nº 1290, tratava-se de um imóvel que foi ocupado em 1974 por estudantes que faziam parte do programa de moradia estudantil, e ao retornarem das férias não tiveram mais suas casa alugadas pela universidade. Então, mesmo em plena ditadura militar, os estudantes ocuparam o terceiro e o quarto andar do prédio que se encontrava vazio, ocorrido esse fato houve uma negociação para a legalização do prédio enquanto moradia estudantil.

Passados quinze dias sem acesso ao restaurante universitário e sendo considerado como ilegal na Casa do Estudante, fui a PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Coordenadoria de Benefícios, que ficava também no centro de Pelotas, conversar com a assistência social da UFPEL sobre minha situação: não ter acesso ao restaurante universitário. Quando relatei os fatos à pró reitora de assuntos estudantis, ela me respondeu que não era obrigação da universidade me fornecer alimentação porque eu ainda não estava matriculado (embora estivesse na lista de aprovados). Logo após, a pró reitora me perguntou em tom de proposta: “porque você não volta para o Ceará?”, respondi que não tinha condições nem para comer naquele mesmo dia, quanto mais pagar uma passagem de volta para Russas – Ce (minha cidade de origem). Saindo do prédio da PRAE, fui direto ao Ministério Público Federal e abri uma denúncia de racismo e xenofobia contra a pró reitora de assuntos estudantis. Recebi a resposta dos advogados da DPU - Defensoria Pública da União no dia da matrícula do curso, alegando que devido eu já estar na semana de matrícula a denúncia fora desconsiderada, pois em breve eu estaria inserido nas políticas de assistência da universidade.

Durante a matrícula, na banca de conferimento da documentação a assistente social da UFPEL questionou a minha autodeclaração, afirmando que eu não era preto pois, segundo ela, eu teria “a pele clara”, respondi que eu não tinha lembrança de já ter me visto como pardo, naquele tempo eu não considerei esse questionamento como racismo, até porque eu estava mais preocupado em conseguir o acesso ao Restaurante Universitário. Hoje eu retomo esse fato quando leio CARNEIRO:

Vem dos tempos da escravidão a manipulação da Identidade do negro de pele clara como o paradigma de um ideal estético humano, acreditava-se que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento. Aqui aprendemos a não saber o que somos, e sobretudo o que devemos querer ser. (2014, p. 64)

Em 2016 o Setorial de Negras e Negros da UFPEL - um grupo auto organizado por estudantes, docentes e servidores, investigaram o ingresso dos cotistas no curso de medicina. Foram denunciados 31 estudantes que haviam fraudado as cotas raciais, dos quais 24 tiveram suas matrículas canceladas. Com as denúncias feitas na medicina, coletivos de estudantes começaram a investigar seus cursos e os resultados eram alarmantes! Recordo do caso um colega de quarto que estava no quarto semestre do curso de Direito, ele era paulista, de descendência (e ascendência) italiana, e era também militante do movimento estudantil. Ele também havia ingressado na universidade fraudando as cotas raciais, se autodeclarando pardo. Quando esse fato foi descoberto, ele mesmo se desligou do curso, reconhecendo publicamente nas redes sociais que havia cometido um erro e pedindo desculpas aos companheiros e companheiras de luta do movimento estudantil, ele retornou para São Paulo para tentar o próximo ENEM e concorrer a uma vaga no curso de Direito na categoria de ingresso correta à sua condição de pessoa branca e de classe média.

A condição de cotista negro na UFPEL me reservou uma graduação de poucas possibilidades. Nos três semestres que eu consegui suportar sem receber nenhum apoio financeiro da universidade, eu reprovei quase todas as disciplinas, usava roupas de doação para suportar o frio do Rio Grande do Sul, e não tinha uma vida social que me proporcionasse algum tipo de lazer. Em agosto de 2016, participei da organização do 40º ENCE - Encontro Nacional de Casas dos Estudantes, que aconteceu nos campus universitário ANGLO em Pelotas, de 31 de julho a 06 de agosto de 2016. Foi a primeira vez que tive contato com o PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil, e ter tomado conhecimento desse decreto me abriu os olhos para a minha condição de permanência na universidade enquanto cotista, foi a primeira vez também que tive contato com o movimento negro e com a realidade de estudantes cotista de outros estados.

O encontro que durou sete dias moveu forças para mudar a realidade da moradia estudantil da UFPEL, depois do evento foram criadas comissões para reuniões com os candidatos da próxima eleição para a reitoria, a qual eu fui escalado pelos moradores da CEU a participar, e debater soluções para permanência estudantil. No ano seguinte em 2017, os moradores da CEU ganharam uma nova

residência, nesse período eu já havia retornado ao Ceará, 36 quilos mais magro e fuzilado pela depressão da experiência em Pelotas.

Passados nove meses depois do meu retorno ao Ceará eu consegui ingressar novamente em uma universidade federal, na lista de espera no curso de Humanidades na UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, uma instituição de ensino internacional voltada prioritariamente a integração com os países africanos proporciona uma relação pluricultural e de comunidade com os estudantes dos países da CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Também fazendo o uso das cotas raciais, só que agora, diferente de minha primeira experiência, eu conhecia as políticas de permanência estudantil.

Ter a consciência de ser estudante cotista L2 e saber dos direitos que essa condição acarreta, influenciaram diretamente minha permanência na UNILAB. O aprendizado que eu tive no 40º ENCE juntamente com as representantes do movimento negro do Rio de Janeiro e Bahia, que estavam no evento, me revelaram que a condição de permanência do cotista L2 na universidade não pode ser dissociada da resistência. Essa dialética entre permanência e resistência que proponho, é uma condição histórica da experiência de negros e negras no Brasil, que reivindicaram a pauta da politização da raça no contexto brasileiro como coloca GOMES:

A partir dos anos 2000, o Movimento Negro intensificou ainda mais o processo de resignificação e a politização da raça (...) universidades públicas passaram a adotar medidas de ações afirmativas como forma de acesso, em especial, às cotas raciais. Cabe destacar que as políticas de ações afirmativas fazem parte das discussões internas desse movimento social desde os tempos da atuação política de Abdias do Nascimento (1914 - 2011) e, paulatinamente, passaram a ocupar um lugar de destaque na sua pauta de reivindicações. (2017, p. 34-35)

A minha permanência na UNILAB só tem sentido graças a resistência do Movimento Negro que colocaram a política de cotas raciais e de permanência estudantil dentro do Senado e lutaram para defendê-la. Ao longo da minha experiência no ensino superior essa mesma condição de resistência foi necessária para minha permanência.

Ao solicitar os auxílios para a permanência estudantil ao NASE - Núcleo de Apoio ao Estudante da UNILAB eu escrevi uma carta de pedido, que é direcionada ao núcleo de assistência social da universidade. Todos os estudantes que concorrem a esse edital passam pelo processo de escrita da carta. Concorri as modalidades de auxílio alimentação, moradia e instalação, que são mantidos pela verba do PNAES. Das três modalidades de auxílio, me foi negada a primeira, e eu mais uma vez fiquei sem ter como acessar o Restaurante Universitário. De acordo com o Art. 5 do decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, fica disposto que:

Serão atendidos no âmbito do PNAES **prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio**, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Por não receber o auxílio alimentação que é garantido prioritariamente por lei, eu comecei a “pular a catraca” do restaurante universitário da UNILAB, o que me reservou algumas situações de constrangimento por parte dos funcionários encarregados da alimentação. Mas, depois de um tempo, eles e elas compreenderam que aquele era um ato de resistência, que eu não tinha outra forma de fazer minhas refeições e, com isso, não impediram mais o meu acesso ao restaurante. Outros amigos e amigas cotistas que tiveram o auxílio alimentação negado, motivados pela minha ação, também começaram acessar o RU sem pagar, um deles até foi confundido comigo por uma das nutricionistas, por também se impor enquanto corpo negro e cotista que teve um direito negado “pulando a catraca” do RU. Hoje nós resistimos juntos, enquanto estudantes vindos de escola públicas, negros, pertencentes às classes populares, ou seja, enquanto corpos L2.

* * *

2. TEMA, OBJETIVOS E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA:

Ser um estudante universitário oriundo das classes populares e encontrar no ensino superior pessoas que venham da sua mesma realidade social é um fato da nossa década. A minha geração presenciou, pela primeira vez na história do país, a

educação superior do negro tornar-se uma pauta do estado brasileiro. Com o objetivo de compreender o processo de ingresso e de permanência dos estudantes cotistas na UNILAB, a pesquisa levou em consideração as seguintes questões: quais são os fatores sociais [e as subjetividades] que compõe a trajetória dos e das estudantes cotistas? e como o processo de auto declaração implica na identidade desses estudantes?

Relatar sobre a experiência das cotas raciais e os benefícios que a lei 12.711/12 trouxe para comunidade negra e para a sociedade como um todo, é um dos objetivos que disponho com esse trabalho, pois como escreve RIBEIRO (2019, p. 74-75):

Logo ser contra uma medida que visa combater essas distancias criadas pelo racismo é ser a favor da perpetuação do mesmo [...] Aos que se mostram contrários as cotas, indico que pesquisem sobre o conceito de equidade aristotélica: as ações afirmativas também se baseiam nele, que basicamente implica tratar desigualmente os desiguais para promover a efetiva igualdade. Ou seja, se duas pessoas vivem situações desiguais, não se pode aplicar o conceito e igualdade abstrata, porque concretamente é a desigualdade que se verifica. Aquela pessoa que está em situação de desigualdade precisa de mecanismos que visem a seu acesso à cidadania.

Para responder as questões propostas pela pesquisa, em um primeiro tempo foram feitas entrevistas com coordenadores e assistentes sociais da UNILAB encarregados de gerir as políticas afirmativas na instituição, e em um segundo momento foram feitas quatro entrevistas com estudantes cotistas que compõem o quadro de vulnerabilidade socioeconômica definido pelo NASE, e que são assistidos pelo PAES. Todas as entrevistas foram filmadas do período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020.

Porque um audiovisual?

Produzir um curta metragem que abordasse o tema das cotas raciais foi mais um chamado do que uma escolha. Percebi que, em dez anos de UNILAB, ainda não havia sido feito um trabalho audiovisual sobre a situação dos estudantes negros enquanto cotistas na instituição. Mas como isso seria possível em uma instituição que

tem como diferencial um plano de diretrizes que engloba o estudo de perspectivas raciais? já estava na hora de ser feito. A ausência de produções audiovisuais sobre o tema me impulsionou a produzir o primeiro.

Trabalhos escritos que abordam preconceito, racismo e racialidade já foram publicados na UNILAB, ou seja, no campo da escrita esses temas parecem ser facilmente desenvolvidos e os discentes encontram mais aporte teórico para pesquisas em formato de artigo científico, contudo o alcance desses trabalhos à comunidade externa da UNILAB ainda é pouco, tanto por questões de acesso a esse acervo, quanto por tratar-se de uma literatura ainda restrita ao público acadêmico.

“Partindo da hipótese de que a imagem arde em seu contato com o real” (DIDI’HUBERMANS 2012, p. 207), trazer o tema das cotas raciais e da autodeclaração para a experiência audiovisual, pareceu-me ser um desafio interessante, tanto pelo maior alcance que a imagem e o vídeo tem, quanto por pensar que determinados assuntos são melhor absorvidos quando ilustrados. O vídeo nesse caso funciona como uma possibilidade de aproximação com o real.

A RIMA - Rede Internacional de Mulheres Africanas da UNILAB produziu em 2018 dois curta metragens documentais, sobre negritude e resistência. O primeiro, intitulado “Mulheres negras em diáspora”, foi dirigido pela estudante da pedagogia Vanuza Tavares, e o segundo, “Maternidade na Universidade: uma vida de resiliência”, foi dirigido pela estudante de Administração Pública, Mayna Costa. Na qual, em ambas as produções, eu havia participado da montagem. Essa experiência com as entrevistas em áudio visual me motivou mais ainda a falar sobre o tema da negritude, que atravessa a trajetória acadêmica dos estudantes cotistas na UNILAB, levando esse conhecimento para o campo da imagem.

Em 2004 os moradores da Casa do estudante UFPEL, produziram o documentário “Casa do Estudante UFPEL – 30 anos”, com direção de Flávia Guidotti e Nathanael Anastácio. O curta metragem Documentário é um registro feito pelos estudantes/moradores e ex-moradores da CEU UFPEL, apresentando depoimentos sobre a condição da moradia estudantil antes do PENAES ou da lei de cotas raciais. Mas, acima de tudo, esse curta metragem é sobre as lutas do movimento dos moradores da casa do estudante. No filme a câmera percorre os quartos da

residência, revelando um universo a cada quarto, cada estudante com suas subjetividades, mas com algo em comum em todas as entrevistas: a condição de resistência em que esses estudantes tomavam para continuar na universidade.

Em 2012 a Rede Nacional de Juventude Negra produziu o vídeo performance intitulado “Essa conversa não é sobre você” estrelando a atriz Juliette Nascimento. Na época o vídeo causou polêmica por direcionar-se a população branca de classe média, com o objetivo de fazê-los entender qual a verdadeira importância da política de cotas. O texto visceralmente interpretado por Juliette, chega até o expectador de forma densa, colocando quem assiste no lugar de quem realmente precisa das cotas raciais. A forma da interpretação “litúrgica” do vídeo me inspirou a produzir uma narração de uma carta de auxílio, enviada ao NASE - Núcleo de Assistência ao Estudante, apresentando uma realidade muitas vezes silenciada, ou passada por despercebida.

Inspirado nessas duas produções, o Doc Carta “Carta à Mara Santos” buscou trazer os depoimentos dos estudantes cotistas sobre a permanência estudantil na UNILAB, pois como já falando anteriormente, a política de cotas raciais passará pela sua primeira avaliação nacional, e vejo a urgência de se apresentar perspectivas positivas dessa política social. Contudo busquei trabalhar a política de cotas pelo viés da autodeclaração, pois acredito que seja um dos principais demarcadores sociais da condição da cota L2.

Em janeiro de 2020 a SEPIR – Serviço de Promoção da Igualdade Racial Kabengele Munanga, da UNILAB, Juntamente com a pró-reitora de graduação da instituição, criou uma comissão de verificação e validação das autodeclarações, com o objetivo de investigar fraudes nas cotas raciais da Universidade. Esse fato motivou que o vídeo focasse a questão da autodeclaração dos cotistas entrevistados e o que pensam sobre esse processo.

3. METODOLOGIA/ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM

A gravações do filme, foram divididas em duas etapas: filmagens das entrevistas e filmagem da construção da carta. Nas entrevistas que começaram em

Fevereiro de 2019, e que ocorreram no campus dos Palmares, foram entrevistados o pró-reitor de graduação Edson Holanda e as assistentes sociais do NASE Thacyana Karla de Araújo Ferreira e Yanne Machado Lima, a elas foram encaminhadas as seguintes pontos para diálogo:

- Programa Nacional de Assistência estudantil: A gestão do PNAES na divisão dos Auxílios Moradia, Alimentação e Transporte para os estudantes cotistas na UNILAB.
- Os perfis de vulnerabilidade socioeconômica dos alunos ingressantes: Burocracias e Subjetividades do processo de seleção.
- Acompanhamento social do NASE: Maiores demandas e ações de promoção da inclusão social pela educação.

As entrevistas ocorreram no dia 02/03/19 na sala de atendimento psicossocial do NASE no campus do Palmares. Após as filmagens, ao analisar as entrevistas, percebi que o tom da conversa com as assistentes sociais ficou muito “institucional”, se assemelhando com um vídeo instrutivo de matrículas, por isso resolvi não utilizar esse material no produto final, e sim focar nas entrevistas com os estudantes cotistas.

As entrevistas com os e as estudantes ocorreram nos três campi da UNILAB, Na primeira entrevista as perguntas foram pontuais, mas optei por um método de “conversação” que consiste em uma forma semiestruturada de entrevistas, onde é proposta uma questão e os rumos da resposta não são interrompidos pelo entrevistador. Eu conversei sobre o tema de cotas com as e os interlocutores da pesquisa, tomando como caminho para as entrevistas os seguintes pontos:

- o que você sabe sobre política de cotas?
- como você conheceu as cotas L2?
- as cotas raciais são importantes para você?
- cota é/deveria ser pra todo mundo?
- como você se autodeclara?

Nas quatro entrevistas que realizei, tudo ocorreu muito naturalmente, como uma conversa entre amigos, embora houvesse a presença de uma câmera, ela não atrapalhou o desenvolver da conversa, pois propus um ângulo de filmagem distante da entrevista, e optei também por aparecer nas filmagens, para se enquadrar um ângulo de conversa entre amigos.

Nas três entrevistas o tema da autodeclaração enquanto “Preto” e não “Pardo” veio a surgir durante todas as conversas, e outra questão em comum é que, as estudantes vieram à se reconhecer enquanto negras e negros na universidade. Elizabeth conta em sua entrevista que de início ela não concordava com as cotas, e que foi no seu ensino médio em que teve mais contato com o “estudo de raças”, e onde ela tomou consciência da importância das políticas afirmativas para a população negra.

Na entrevista com Pedro, ele relata que já se autodeclarou pardo, mas que na Universidade ele tomou consciência que se reconhecer como “moreno” ou “dourado” ocasionava um distanciamento de sua verdadeira identidade. Segundo MUNANGA (2009, p. 13):

“A manipulação da consciência identitária, por uma ideologia dominante quando se considera a busca da identidade como um desejo separatista. Essa manipulação pode tomar a direção de uma folclorização pigmentada despojada de reivindicação política.”

Referente a folclorização da raça, proposta por Kabengele Munanga, as experiências compartilhadas por Mayara correspondem ao pensamento do autor quando a entrevistada relata que vem de uma vivência na qual ela se reconhecia como parda porque era sempre colocada na condição de “morena” ou de “morena da cor do pecado” distanciando-a de sua identidade, ou seja, em um processo de embranquecimento ou como coloca o autor de “folclorização” da identidade.

Essas realidades compartilhadas sobre a autodeclaração, presente nos relatos, remontam que os critérios raciais sem consciência ideológica política que são comumente impostos as pessoas de pele escura não são suficientes para desencadear processos de formação de uma identidade (MUNANGA, 2009).

O formato de “Carta”

Após as entrevistas, o segundo processo de filmagem foi mais “tranquilo” pois tratava-se de construir uma ambientação com referências que desemborcem na temática da negritude. Para isso eu contei com alguns livros e álbuns de artistas que eu li e ouvi durante a graduação em humanidades. Magareth Menezes, Sandra Sá, Jessé, Concha Buika e Nina Simone são interpretes negras e negros que fazem parte

de minha rotina de fone de ouvidos, por isso resolvi cita-los em forma de imagem no cenário do quarto, onde a carta é escrita.

A trilha sonora, por exemplo, foi retirada da obra de Nina Simone. Nina foi uma pianista norte-americana que dedicou sua vida e sua obra a luta pelos direitos civis da população negra estadunidense, e seu trabalho é marcado por canções que inspiram a militância e o orgulho de se identificar enquanto negro. Em uma de suas entrevistas, Nina afirma que refletir sobre o seu tempo é um dever enquanto artista, por esse motivo eu a escolhi para compor a trilha sonora do curta. O uso do som *em off* foi também estratégico para construir uma produção metanarrativa dentro do próprio filme, onde as entrevistas são apresentadas através do relato de uma terceira pessoa, ou seja, existe um personagem que conta essas entrevistas à Mara por meio da escrita de uma carta.

A ideia de fazer um vídeo em formato de carta partiu da vontade de dizer a uma amiga de infância, o quanto seria bom compartilhar a experiência do ensino superior com ela. Mara Santos foi uma amiga de militância, que foi brutalmente assassinada a tiros no município de Russas em 2013. A convivência com Mara me revelou que ela tinha sonhos, e um deles era o de ingressar no ensino superior. Ela havia parado de estudar, mas planejava retomar os estudos depois da notícia de implementação da política de cotas raciais. Mara era negra e Travesti.

A carta de Gilderlan Almeida

Durante as entrevistas, conversei com outros estudantes cotistas que tiveram seus auxílios negados. Diante desse fato, tive acesso a três cartas enviadas ao NASE, e que fazem parte do processo de seleção para conquista dos auxílios. Dessas três, eu escolhi uma de um estudante da UNILAB, e pedi a ele para contar a sua história dentro do curta. Ele prontamente concordou, contanto que eu modificasse seu nome, cidade de origem e curso, e assim eu fiz.

Para ilustrar a carta, eu contei com dois amigos da universidade também cotistas, eles me auxiliaram a colar “*lambs*” – impressões de imagens ou textos colados na parede com cola de grude – inspirado na estética do filme político “*La Chinoise*” – 1967, do diretor francês Jean-Luc Godard, onde a narração de notícias do panorama político são interpretadas, enquanto o quadro da cena é tomado por

inscrições feitas pelos atores e atrizes do filme. As imagens que aparecem nos “lamps”, no filme carta à Mara Santos, são de autores e autoras negras que compuseram o referencial teórico do curta, como Kabengele Munanga, Sueli Carneiro, bell hooks e Nina Simone

Processo de Montagem

Primeiramente fiz uma primeira versão com as entrevistas feitas no NASE e com o Pró-reitor de Graduação, não gostando do resultado resolvi focar apenas nas conversas com os/as cotistas, o que deu um caráter mais documental e menos institucional ao filme.

A montagem do filme que durou cerca de quarenta e cinco dias, ocorreu no estúdio de um amigo. Para conseguir montar o filme tive de me deslocar até Russas quatro vezes. A UNILAB dispõe de equipamentos para montagem de vídeo, mas não disponibiliza para os estudantes, o que dificulta bastante a produção de audiovisual na instituição.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO. Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: Consciência em debate. Selo Negro. São Paulo.2011.

DIDI-HUBERMAN. Georges. Quando as Imagens tocam o real. Pós:Belo Horizonte.v.2 n.4. p.2014 -2019. Nov. 2012.

GOMES. Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 2017.

hooks. Bell. Intelectuais Negras. Revista estudos feministas. Ano 3. n.2/95 p.464 – 478.

MUNANGA. Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Ed.autêntica. 4ºed. 2009.

RIBEIRO. Djamila. Quem tem medo do feminismo negro?. 1ºed. São Paulo. Companhia das Letras. 2019.

LEI Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 , Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

DECRETO Nº 7.234, de 19 de julho de 2010., Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

Filmes:

La Chinoise, 1967 – direção de Jean-Luc Godard, trailer disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t6tMeUmpTWS>

Casa do Estudante UFPEL – 30 anos, 2004 - direção de Flávia Guidotti e Nathanael Anastácio disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o-kub-70N44&t=70s>

Essa conversa não é sobre você, 2012 – direção de Jr. Borges, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=1uC_a0lskfY&t=30s